

O EPIFENOMENISMO, O DUALISMO E O ESTRANHO CASO DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA SEGUNDO W. JAMES

1

W. James passou doze anos – entre 1878 e 1890 – a escrever *The Principles of Psychology*. Depois, em carta ao seu editor, afirmou que o manuscrito atestava apenas dois factos. Primeiro, que não existia uma psicologia científica ou, dito de outra maneira, que a psicologia não era realmente uma ciência; e, segundo, que ele próprio era um incapaz¹. Tentar-se-á mostrar, daqui em diante, como a angústia de W. James – onde se misturam um elemento filosófico e um elemento existencial – permanece ainda hoje relevante.

Há, para começar, duas coisas a considerar. A primeira é a referência a um ponto de vista que W. James chamou estritamente positivista, contrastando-o com o das teorias espiritualistas e associacionistas, ao mesmo tempo que assumia que esse ponto de vista estritamente positivista era o único aspecto em *The Principles of Psychology* para o qual estava tentado a reclamar originalidade². O que imediatamente conduz à seguinte especificação de parte da angústia de W. James: de um ponto de vista estritamente positivista não existe uma psicologia científica ou, dito de outra maneira, a psicologia não é realmente uma ciência.

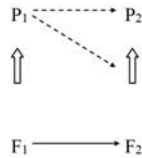
A segunda coisa a considerar é o problema da exclusão causal ou explicativa. O problema é relativamente famoso no âmbito da actual filosofia da mente, e foi apresentado – em duas versões – por J. Kim na década de oitenta do século passado. Uma das

* Departamento de Filosofia e Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Mind, Language and Action Group (MLAG). Contacto: Via Panorâmica, s/n; 4150-564 Porto. Email: joaoalberto@letras.up.pt.

¹ W. James, numa carta dirigida a H. Holt (*The Letters of William James*, ed. Henry JAMES, Boston: Little, Brown, 1926, pp. 393-394), descreve o seu livro como «...a loathsome, distended, tumefied, bloated, dropsical mass, testifying to nothing but two facts: 1st, that there is no such thing as a science of psychology, and 2nd, that W. J. is an incapable.»

² W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, New York: Henry Holt, 1890, p. vi. O ponto de vista das teorias espiritualistas e associacionistas é resumido por W. James logo no início do primeiro capítulo da obra (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., pp. 1-2).

versões do problema inclui o seguinte resultado geral: para qualquer acontecimento singular, não pode haver mais do que uma causa (explicação causal) suficiente, a menos que se trate de um caso de sobredeterminação (causal ou explicativa)³. Uma outra versão do problema encontra-se, no entanto, muito mais próxima da maneira como W. James tentou proceder – e está esquematizada na figura seguinte.



P₁ e P₂ correspondem a estados ou acontecimentos psicológicos – sensações («feelings») e pensamentos («thoughts»), na terminologia mais geral preferida por W. James⁴. Trata-se de estados ou acontecimentos cuja caracterização envolve uma série de predicados – mentais, daqui em diante – habitualmente usados para falar, por exemplo, em experiências (sensações brutas ou puras, como por vezes se diz), atitudes (proposicionais, como por vezes se diz) ou acções (voluntárias ou intencionais, como por vezes se diz). F₁ e F₂ correspondem a estados ou acontecimentos físicos – quer dizer, caracterizados a partir do recurso a predicados com origem na física ou na neurofisiologia. A disjunção imediatamente anterior regista uma maneira de pensar que começava a tornar-se consensual na prática científica da época de W. James, mas também uma particular aplicação da ideia – crucial para qualquer ponto de vista estritamente positivista – de unidade da ciência. Esta ideia pode especificar-se, de acordo com W. James, como respeitando à unidade das leis (e não, por exemplo, à unidade de um método) da ciência⁵. A questão a colocar de um modo geral é, assim, a seguinte: onde estarão – na parte de cima ou na parte de baixo – as leis de uma psicologia científica?

³ O problema da exclusão causal ou explicativa está apresentado em “Mechanism, Purpose, and Explanatory Exclusion” (J. KIM, *Supervenience and Mind*, Cambridge UP, Cambridge, Mass., 1993, pp. 237-264), “The Myth of Nonreductive Materialism” (J. KIM, *Supervenience and Mind*, Cambridge, Mass.: Cambridge UP, 1993, pp. 265-284) e, depois, noutros pontos da obra de J. Kim. O resultado apresentado, por exemplo, vem de J. KIM, *Philosophy of Mind*, Westview, Boulder, Col., 1996, p. 150.

⁴ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 186. No prefácio, por exemplo, escreve W. James (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. vi): «Psychology, the science of finite individual minds, assumes as its data (1) *thoughts and feelings*, and (2) *a physical world* in time and space with which they coexist and which (3) *they know*.» Um outro termo muito frequente em W. James é «ideia». Os três termos («sensação», «pensamento» e «ideia») referem-se a itens ou elementos (mas não exactamente a unidades ou entidades elementares) daquilo que W. James chama «corrente de pensamento» («stream of thought») ou «corrente de consciência» («stream of consciousness»). As duas últimas expressões são introduzidas por W. James, respectivamente, em *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 103, e em *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 180.

⁵ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 136, por exemplo. Aí se lê: «Popular science talks of ‘forces,’ ‘attractions’ or ‘affinities’ as binding the molecules but clear science, though she may use such words to abbreviate discourse, has no use for the conceptions, and is satisfied when she can express in simple ‘laws’ the bare space-relations of the molecules as functions of each other and of time.»

As duas setas laterais (mais largas) correspondem a relações supostas vigorar quer entre F_1 e P_1 , à esquerda, quer entre F_2 e P_2 , à direita. A articulação precisa dessas relações pode ser feita por meio da noção de superveniência (na literatura filosófica) ou da noção de emergência (mais comum na literatura científica propriamente dita). As duas noções são aparentadas entre si e, de facto, muito frequentes no âmbito de posições (filosóficas) materialistas, designadamente em posições (filosóficas) materialistas suaves (também chamadas, muitas vezes, não reducionistas ou simplesmente naturalistas). A ideia básica das duas noções tem uma formulação – «no psychosis without neurosis», na linguagem de W. James⁶ – que é notável quanto mais não seja pela sua concisão. Mas a formulação pode facilmente expandir-se: não há – ou, mais exactamente, não pode haver – uma diferença psicológica sem – quer dizer, à qual não corresponda – uma diferença neurológica (física ou neurofisiológica). Pelo que certos aspectos neurológicos (físicos ou neurofisiológicos) são para ser encarados como base da (para a) superveniência ou emergência de certos aspectos psicológicos – e estes, pelo seu lado, para ser encarados como dependentes de certos aspectos característicos de um nível inferior (ou subjacente) que é o nível neurológico (físico ou neurofisiológico).

Vale a pena notar, neste momento, duas coisas. A primeira é que assim se acabou de especificar a ideia, muito geral, de relação – desde logo entre «neurosis» e «psychosis», para retomar uma observação terminológica de W. James⁷, mas também entre estados ou acontecimentos designados geralmente por cada um desses termos. A segunda coisa a notar retoma uma outra observação de W. James⁸ de modo a salientar o seguinte: a ideia de que certos estados ou acontecimentos são a base da (para a) superveniência ou emergência, ou estão dependentes, de certos outros estados ou acontecimentos não equivale à ideia de que certos estados ou acontecimentos (os psicológicos, por exemplo) se encontram – causalmente – «interpolados em» ou «com» certos outros estados ou acontecimentos (os neurológicos (físicos ou neurofisiológicos), por exemplo).

As três restantes setas da figura correspondem a três relações que são, elas sim, relações de causalidade. A seta inferior representa uma relação (nomológica) de causalidade

⁶ A formulação de W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 129) aparece, pela primeira vez, no seguinte contexto: «In other words, however numerous and delicately differentiated the train of ideas may be, the train of brain-events that runs alongside of it must in both respects be exactly its match, and we must postulate a neural machinery that offers a living counterpart for every shading, however fine, of the history of its owner's mind. Whatever degree of complication the latter may reach, the complication of the machinery must be quite as extreme, otherwise we should have to admit that there may be mental events to which no brain-events correspond. But such an admission as this [note-se] the physiologist is reluctant to make. It would violate all his beliefs. 'No psychosis without neurosis,' is one form which the principle of continuity takes in his mind.» O termo «emergência» é o termo realmente usado, neste mesmo contexto, por W. James (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 129). Um pouco depois, o termo «emergência» torna-se o tema de uma observação mais específica por parte de W. James (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 162, em nota de rodapé).

⁷ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 186. A observação de W. James respeita à vantagem de usar, à maneira de T. Huxley, os termos – relacionados – «psychosis» e «neurosis».

⁸ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., pp. 130-131, em nota de rodapé. De facto, W. James está nesta nota a falar de uma mudança na direcção do seu próprio pensamento.

física – e não cabe encará-la imediatamente como problemática. (O adjetivo «físico» abreviará, doravante, a anterior alternância entre «físico», «neurofisiológico» e «neurológico».) O mesmo não se passa com as outras duas setas – ambas a tracejado na figura. A pretensão destas setas é, à primeira vista, trivial: representar as pretensões cruciais da teoria (psicológica) do senso comum (com a designação usada por W. James⁹) que respeitam a uma causalidade mental (ou, claro, psicológica). Mas estas duas setas também revelam imediatamente a face do problema da exclusão causal ou explicativa – diante da qual W. James prefere quase sempre começar por dar a palavra a outros autores. (Como seja, por exemplo, C. Mercier¹⁰.)

Primeiro, a seta tracejada superior. A seta está ameaçada de exclusão uma vez que pode ser encarada como redundante a partir de um mero princípio de parcimónia. Ter-se-ia assim que lidar com estados ou acontecimentos psicológicos como P_1 e P_2 por intermédio apenas da relação (nomológica) de causalidade física (representada pela seta inferior), mais as relações de superveniência ou emergência de P_1 e P_2 a partir, respectivamente, de F_1 e F_2 (representadas pelas setas laterais). A ideia, por exemplo, de que P_2 é causado (directamente, talvez) por P_1 e causado (indirectamente, talvez) por F_1 conduz à admissão de uma sobredeterminação dos estados ou acontecimentos psicológicos. (Note-se que mesmo assumindo como legítima a anterior distinção entre causalidade directa (da qual constaria uma causa (mental ou, claro, psicológica) necessária, mas não suficiente) e causalidade indirecta (da qual constaria uma causa (física) não suficiente, mas necessária), a ideia modifica também a leitura de pelo menos uma das duas setas destinadas a representar as relações de superveniência ou emergência.)

Segundo, a seta tracejada diagonal. Esta seta parece ainda mais problemática que a anterior pois consagra uma sobredeterminação, agora, dos estados ou acontecimentos físicos. A sobredeterminação destes estados é certamente inesperada – isto atendendo quer ao objectivo da figura na sua totalidade, quer à ausência de uma justificação para dela remover a seta inferior que representa a relação (nomológica) de causalidade física. (Note-se que a justificação aqui em causa deve ser independente da descoberta da sobredeterminação, neste específico contexto teórico, dos estados ou acontecimentos físicos.) A tentativa de assumir, por exemplo, uma sobredeterminação limitada ao estado ou acontecimento físico F_2 (e não ao estado ou acontecimento físico F_1) também parece apenas esconder a ideia, muito mais geral, da seta tracejada diagonal. Essa ideia seria a de que quando há estados ou acontecimentos psicológicos envolvidos (ou interpolados,

⁹ A primeira referência favorável, por parte de W. James, à teoria (psicológica) do senso comum ocorre em *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 24, em nota de rodapé. A apresentação mais substancial das pretensões cruciais da teoria (psicológica) do senso comum é efectuada, um pouco adiante, por W. James (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 133). A essa teoria (psicológica) do senso comum opõe-se crucialmente uma outra teoria: a teoria (psicológica) do autómato consciente, na designação de W. James (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 133, ainda).

¹⁰ C. Mercier é o autor explicitamente citado por W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 135) na seguinte passagem, pelo menos ilustrativa do ponto que é feito no problema da exclusão causal ou explicativa: «...Good! Try to imagine the idea of a beefsteak binding two molecules together. It is impossible. Equally impossible is it to imagine a similar idea loosening the attractive force between two molecules.»

para retornar à terminologia de W. James antes assinalada) numa cadeia de estados ou acontecimentos físicos, são precisamente estes últimos que passam a admitir causas (ou explicações causais) concorrentes. Aliás, um modo de resumir o problema da exclusão causal ou explicativa pode limitar-se nesta altura a salientar duas coisas: por um lado, que «concorrentes» é ambíguo entre algo como «em competição» e algo como «convergentes»; por outro lado, que a noção de redundância (mais acima associada à seta tracejada superior) comporta também ela uma leitura negativa (ou, talvez, «inútil») e uma leitura positiva (ou, talvez, «benigna»). (Note-se, enfim, que a integração na figura de uma seta diagonal de F_1 para P_2 levaria outra vez a uma sobredeterminação (directa e já não indirecta) dos estados ou acontecimentos psicológicos; e que bem mais problemática (embora não, claro, de uma perspectiva conceptual) seria a integração na figura de outras duas setas (invertidas ou retroactivas, desta vez) na direcção de P_2 para P_1 e na direcção de P_2 para F_1 .)

2

A partir daqui usar-se-á «naturalismo» para falar das posições (filosóficas) materialistas suaves (também ditas, muitas vezes, não reducionistas ou simplesmente naturalistas), a que mais atrás se fez já referência. Considerar-se-ão depois posições materialistas mais robustas – às quais deixa de caber o rótulo «naturalismo» – e, posteriormente, mais duas posições que são suspeitas aos olhos do materialismo numa qualquer das suas duas versões. Será então o momento de voltar a W. James. Por agora, a ideia é a de que o naturalismo – tal como desenvolvido a partir do fim da década de 60 do século passado – não encontrou saída, talvez por não ter procurado realmente tal saída, para o problema da exclusão causal ou explicativa. De facto, a relação, qualquer que seja a sua complexidade, entre o naturalismo e o problema da exclusão causal ou explicativa pode ser imediatamente apreciada a partir das pretensões específicas de alguns autores (naturalistas, claro) sobre a natureza dos predicados mentais.

Em primeiro lugar, dois autores para os quais a angústia de W. James acerca da inexistência da psicologia científica tem cabimento – e talvez seja de lamentar apenas o elemento existencial dessa angústia.

Para D. Davidson, os predicados mentais caracterizam-se pela sua natureza anómala. Esta sua natureza revela-se quando, por exemplo, numa situação de interpretação (mais ou menos) radical, a tarefa de determinar os conteúdos ou significados das crenças e desejos de alguém coloca o intérprete diante de um holismo dificilmente controlável em termos teóricos – e, mais precisamente ainda, diante de um holismo não controlável nos termos de leis estritas como o são as leis da física. Daí a reivindicação da posição que D. Davidson chamou «monismo anómalo» – pelo menos no que respeita ao monismo nela envolvido – ter ficado, pela primeira vez na actual filosofia da mente, a depender do apelo à noção de superveniência. (De facto, a noção de superveniência é usada por D. Davidson tanto para conceber a relação entre estados ou acontecimentos físicos e psicológicos, como para distinguir duas causalidades: uma causalidade básica (coberta directamente nos termos das leis físicas) e uma causalidade superveniente onde intervêm termos mais quotidianos (e entre os quais se encontram, claro, os predicados

mentais.) Daí também que a famosa tese de F. Brentano – segundo a qual a intencionalidade é a marca de todos os fenómenos mentais (e, na origem, de nenhum fenómeno físico) – tenha sido assumida por D. Davidson, após uma releitura intersubjectiva dessa intencionalidade sem apelo à existência (ou, ao que parece, à in-existência) de objectos sui generis. O factor decisivo para este último ponto foi certamente a influência de algumas teses de G. Frege acerca da não extensionalidade (ou intensionalidade, agora com «s») das atribuições de atitudes. Apenas deste modo se compreende, primeiro, a concepção que D. Davidson tem da acção (estritamente ligada a razões que são causas) e, segundo, a importância de uma análise das atitudes como relações – reguladas por princípios (intersubjectivos) de carácter normativo – com frases de uma linguagem (e não com objectos sui generis do género de proposições, pelo menos num certo sentido de «proposição»).

Para D. Dennett, os predicados mentais fazem parte de uma estratégia, dita intencional, frequentemente adoptada para descrever e prever comportamentos – não mais que descrever e prever, assim como não mais que comportamentos – de uma grande variedade de sistemas. O tom behaviorista da proposta corresponde bem à ideia de que uma tal estratégia se desenvolve a um nível superficial (insuficiente para assumir um compromisso com a existência, por exemplo, de conteúdos ou significados de crenças e desejos). A ideia é, no entanto, complementada pela continuada referência de D. Dennett a outras duas estratégias: a estratégia (da) física e a estratégia do desenho submetido a selecção (natural ou artificial), encarada como uma engenharia invertida (e não como um modo de fixar, por exemplo, os conteúdos ou significados de crenças e desejos). A estratégia intencional acaba, deste ponto de vista, por estar longe de explicar (causalmente ou não) o que quer que seja. Há ainda a pretensão de que se pode falar de intencionalidade apenas em dois sentidos. Um sentido de «intencionalidade» é o que permanece extrínseco a qualquer sistema, mesmo que esse sistema seja (superficialmente) tratado como «intencional» – para salientar a rejeição da tese de F. Brentano por parte de D. Dennett. O outro sentido de «intencionalidade» refere-se a exigências de auto-controle em sistemas que se encontram sob os constrangimentos (causais) da evolução por selecção natural – para salientar desta vez a parcial sobreposição entre os resultados da aplicação da estratégia intencional e, pelo menos, a estratégia do desenho submetido a selecção (natural ou artificial). O ponto só pode ser um: o de que a estratégia intencional tem valor apenas instrumental ou, de maneira ligeiramente diferente, ficcional – sem constituir uma teoria (científica ou não), nem dar origem por si só a uma teoria (científica ou não) comparável com as teorias (científicas) que as outras duas estratégias originam.

Em segundo lugar, uma posição para a qual a angústia de W. James acerca da inexistência da psicologia científica simplesmente deixou de ter cabimento – e o elemento existencial dessa mesma angústia não passa hoje de uma espécie de curiosidade biográfica.

A posição foi originalmente defendida por H. Putnam – mas parte da sua fama é devida, no essencial, a J. Fodor. A ideia mais básica da posição consiste em reconhecer um nível intermédio – teoricamente especial, mas também propriamente funcional (no sentido, antes de tudo, matemático de «função») – entre o nível físico e os predicados mentais. Na primeira versão do funcionalismo, aquela que é devida a H. Putnam, a

natureza destes predicados apenas fica definida depois de fornecidas – sob inspiração (e não mais que inspiração, notou H. Putnam) mecânica – descrições de certos sistemas (e não de um sistema qualquer) com base na noção de Máquina de Turing. (Note-se que a noção de Autómato Probabilista permite destacar a credibilidade empírica da proposta, atendendo também ao sucesso dos modelos conexionistas de estados ou acontecimentos psicológicos.) Apenas na versão do funcionalismo que é devida a J. Fodor intervém uma hipótese adicional e, de facto, um pouco mais polémica. A hipótese adicional é a de que certos sistemas efectivam – sintacticamente e não apenas de uma maneira que pode ser encarada como metafórica (quer dizer aqui, não apenas sob uma descrição matemática) – computações simbólicas (entenda-se, de símbolos) e, dado um mundo, também representacionais (ou simbólicas, desta vez no sentido mais usual da palavra «simbólicas»). Assim, qualquer alusão (favorável ou não) à tese de F. Brentano torna-se ociosa. O que importa notar é como o funcionalismo está – por intermédio da ideia de realização múltipla (ou variável) dos predicados mentais – na origem da articulação precisa da noção de superveniência, designadamente no que respeita à única direcção de dependência aceitável no âmbito dessa noção. (De facto, o termo «superveniência» tinha sido primeiramente usado por D. Davidson, em ligação com a ideia de essa mesma direcção de dependência constituir a única concessão razoável ao materialismo que era preciso fazer.)

Acontece que nenhuma destas posições permite elaborar uma resposta clara ao problema da exclusão causal ou explicativa. Pelo que claro parece hoje em dia apenas o seguinte ponto: o naturalismo contribuiu – muito – para estabelecer a relevância do problema da exclusão causal ou explicativa.

3

O que se pode pensar também é que o problema da exclusão causal ou explicativa coloca efectivamente o naturalismo diante de uma opção. A opção, no seu primeiro ramo, inclui duas posições. Ambas fornecem, cada uma à sua maneira, soluções diferentes para o problema da exclusão causal ou explicativa. Infelizmente, para o naturalismo, tais soluções são ambas demasiado materialistas. O segundo ramo da opção, por sua vez, inclui duas outras posições. Elas estariam disponíveis para o naturalismo não fosse serem vistas – antes de mais pelo próprio naturalismo, embora não apenas por ele – como desactualizadas (atendendo à suposta necessidade de articulação entre a actual filosofia da mente e uma qualquer dose apropriada de materialismo) ou como defeituosas (atendendo às supostas consequências de tais posições)¹¹. W. James, de qualquer modo, tinha

¹¹ Um defeito notório da crítica baseada na desactualização é, evidentemente, o seu historicismo (optimista, dir-se-ia também). A outra crítica tem a vantagem de permitir perguntar se ainda está ou não por esclarecer o sentido de «consequência» que está na base do seu caso. A única coisa evidente é talvez que, neste contexto, «consequência» tende a oscilar demasiado entre um sentido prático – mais ou menos bem imaginado ou mesmo pragmático (no sentido que W. James talvez preferisse) – e um sentido mais decididamente teórico, também suspeito de misturar (ou, aliás, idealizar) a articulação que vigora entre aspectos conceptuais e aspectos intuitivos.

alguma coisa a dizer precisamente acerca das duas posições incluídas neste segundo ramo da opção. Mas, antes deste ponto, o primeiro ramo da opção.

A mais radical das posições envolvidas no primeiro ramo da opção – no sentido imediatamente atrás especificado que refere a inviabilidade da posição apenas ao naturalismo – é da responsabilidade de P. Churchland. Os predicados mentais constam agora de uma entidade teórica, designada «psicologia popular», susceptível de ser avaliada como outra entidade teórica qualquer. Acontece que a psicologia popular sofre de três problemas graves. A lista dos fenómenos explicados (causalmente) no seu âmbito é muito limitada, acabando até por só respeitar a uma série de fenómenos bastante desinteressantes (do ponto de vista da própria psicologia popular); a sua estagnação histórica é particularmente notória; e, por último, talvez ainda mais estranho que os anteriores é o facto de a psicologia popular sobreviver num isolamento (mais ou menos completo) relativamente a outras teorias. Mas a situação da psicologia popular pode ser, também, superada. Basta para isso admitir que todos os seus problemas apontam no sentido de a psicologia popular ser uma teoria literalmente falsa e, por isso, eliminável – ou, com mais um passo, uma teoria sujeita a desaparecer. Claro que uma vez postos de lado os predicados mentais destinados a caracterizar estados ou acontecimentos psicológicos, é o próprio problema da exclusão causal ou explicativa que desaparece. Em esquema, ficar-se-ia então simplesmente com o seguinte.



A angústia de W. James acerca da inexistência de uma psicologia científica reaparece como tendo cabimento, atendendo agora ao facto de W. James não ter sido capaz de consistentemente conceber uma psicologia como física (ou, noutra designação mais recente, como neurofilosofia¹²) – ao passo que o elemento existencial dessa angústia pode ser encarado como simples reconhecimento de falta de coragem (ou visão) filosófica.

Uma outra posição inviável – sempre do ponto de vista do naturalismo – é um pouco mais conservadora do que a posição anterior e suporta um materialismo reducionista, ao qual se pode chamar fisicismo. (Isto permite, evidentemente, distinguir esta posição do naturalismo, mas realçar também o contraste com «eliminacionismo», a designação relativamente corrente para a posição materialista imediatamente antes apresentada.)

Para o fisicismo, as setas laterais (mais largas) – envolvendo, no naturalismo, o recurso à noção de superveniência ou à noção de emergência – estão precisamente na fonte do problema e, em vez delas, deve ter-se a muito mais simples relação de identidade. O esquema apropriado torna-se, deste modo, o seguinte.

¹² Mas veja-se, de novo, a nota de rodapé sobre a mudança na direcção do pensamento de W. James em *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., pp. 130-131.



Agora F_1 e P_1 são um só e o mesmo estado ou acontecimento, assim como F_2 e P_2 também são um só e o mesmo estado ou acontecimento. Assumida a indiscernibilidade dos idênticos, cada um dos dois estados ou acontecimentos tem de caracterizar-se exactamente por meio dos mesmos predicados. Algo de similar acontece também a todas as setas que representam relações de causalidade. Elas reduzem-se a uma única seta: a seta inferior que representa – não problematicamente – a relação (nomológica) de causalidade física. Nenhuma das setas tracejadas, antes problemáticas, desaparece realmente – tanto mais que não se vislumbra a ocorrência de uma revolução (científica) tão drástica que imponha a integração de alguns predicados hoje encarados como mentais («quais?» seria também então uma questão pertinente) na própria física. Pelo que a caracterização de estados ou acontecimentos com recurso a predicados mentais se torna uma caracterização – apenas e precisamente – problemática de estados ou acontecimentos físicos. O apelo, em particular, à intencionalidade (com «c» ou com «s»), a conteúdos ou significados (ou, ainda, a objectos *sui generis*) intencionais (representacionais) associados a crenças e desejos, proposicionalmente estruturados ou não, cai agora fora do âmbito de uma psicologia científica. Na terminologia sugerida por J. J. C. Smart, as vulgares descrições de estados ou acontecimentos (ditos) psicológicos são para ser encaradas como descrições topicamente neutras ou, noutra designação, quase lógicas. A proposta avançada acaba, desta maneira, por respeitar apenas à referência dos predicados mentais e é muito simplesmente a de que a qualquer estado ou acontecimento (dito) psicológico – para usar a formulação de J. J. C. Smart – acontece (contingentemente) ser um determinado estado ou acontecimento físico.

A angústia de W. James acerca da inexistência da psicologia científica surge, outra vez, como sem cabimento – ao passo que a responsabilidade pelo elemento existencial dessa angústia pode ser agora atribuído a uma espécie de complicação filosófica indevida (e não a qualquer falta de coragem (ou visão) filosófica, como sucedia no eliminacionismo).

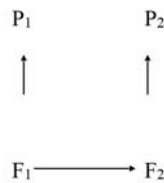
4

Resta considerar as duas posições presentes no segundo ramo da opção que o naturalismo enfrenta. Trata-se de posições que desempenharam um papel crucial tanto na maneira de pensar que foi a de W. James, como nas teses específicas que W. James acabou por defender. A sugestão geral é, pois, a de que as críticas que W. James dirigiu às duas posições não só o aproximam do naturalismo, como podem bem ter estado na origem da angústia de W. James.

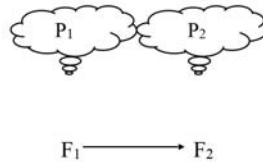
Em primeiro lugar, o epifenomenismo. A posição epifenomenista suscita normalmente uma série de reticências – de género muito diverso, quase sempre apresentadas

num tom mais ou menos consternado. A ideia básica do epifenomenismo é, no entanto, bastante simples. Trata-se da ideia segundo a qual há uma diferença entre tudo (qualquer estado ou acontecimento) ter uma causa e tudo (qualquer estado ou acontecimento, de novo) ser uma causa.

Assim, o epifenomenismo recorre apenas à relação (nomológica) de causalidade física na qual estão envolvidos, às vezes, estados ou acontecimentos psicológicos. Estes são para ser tratados, por sua vez, como epifenómenos devido a não possuírem eles próprios efeitos – ou, mais exactamente, nas palavras de W. James¹³, qualquer função mecânica. Isto basta para notar que a seta destinada a representar a relação (nomológica) de causalidade física pode agora ocorrer três vezes ou uma única vez. (Neste último caso para realçar a adopção de um ponto de vista que talvez seja mais claramente metafísico que estritamente positivista.) No primeiro caso, o esquema apropriado seria o seguinte.



No segundo caso, a ideia básica do epifenomenismo seria melhor representada por um esquema do seguinte género.



O primeiro destes dois esquemas pode ser imediatamente ligado à crítica – com origem numa qualquer das duas posições materialistas mais robustas – segundo a qual os estados ou acontecimentos psicológicos se tornavam fantoches nomológicos («nomological danglers», na expressão que J. J. C. Smart foi buscar a H. Feigl). Poderia até mesmo colocar-se a questão de saber se há alguma justificação para falar em estados ou acontecimentos psicológicos. O segundo esquema retoma a questão anterior, mas requer consideração um pouco mais cuidada. O esquema pode ser, primeiro, associado à crítica – proveniente do naturalismo – segundo a qual os estados ou acontecimentos psicológicos passam a ser encarados exactamente como no eliminacionismo. De facto, este parece ser o tópico principal de uma esclarecedora passagem de W. James¹⁴: «[A

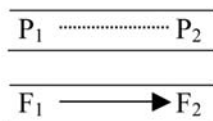
¹³ *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 129. A passagem está citada, em maior extensão, na nota seguinte.

¹⁴ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 129. Imediatamente antes da passagem citada, W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 129) escreve: «But what on this view could be the function of the consciousness itself? *Mechanical* function it would have

cadeia das ocorrências cerebrais] seria uma cadeia completamente autónoma [quite autonomous] de ocorrências, e tudo o que a mente for com ela estaria lá apenas como um “epifenómeno”, um espectador inerte [an inert spectator], uma espécie de “espuma, aura ou melodia”, como diz o Sr. [S.] Hodgson, relativamente à qual uma oposição [opposition] ou um fomento [furtherance], no que respeita às próprias ocorrências [cerebrais], seriam igualmente impotentes [powerless].» Vale a pena atentar por um momento na expressão que fala em (completa) autonomia, na espécie de horror que está presente na adjectivação usada por W. James desde logo em «espectador», ou na leitura cultural (edificante ou não) que pode ser acrescentada a termos tais como «oposição» e «fomento». Mas o mais relevante é, para já, notar uma outra coisa. A saber, que apenas se o critério para distinguir o que é real e o que não é real (respectivamente na parte de baixo e na parte de cima do último esquema) for a participação, no específico lugar de causa, em relações (nomológicas) de causalidade física ou, de maneira similar, a posse de determinados poderes causais (mais ou menos manifestos), é que a ideia de os estados ou acontecimentos psicológicos serem epifenómenos tende realmente para o eliminacionismo. (Note-se que o fisicismo, dado o seu apelo à relação de identidade, não é conjugal com o epifenomenismo.) Admita-se agora, em segundo lugar, mas levando também completamente a sério a passagem antes citada de W. James, como demasiado problemática a existência de estados ou acontecimentos que não participam em relações (nomológicas) de causalidade física adicionais àquelas das quais eles próprios resultam (como efeitos ou, claro, epifenómenos). Neste caso resta assumir que a caracterização apropriada de estados ou acontecimentos psicológicos não pode fazer-se por relação com quaisquer poderes causais (mais ou menos manifestos).

Mas isto também corresponde a perceber as vantagens de uma última posição disponível. A posição seria, no essencial, uma forma de dualismo particularmente avessa a intuições, por mais vulgares (no senso comum, diria W. James) ou bem distribuídas (como o bom senso, para lembrar agora a opinião de R. Descartes) que tais intuições se encontrem.

Este género de dualismo caracterizar-se-ia pelo desaparecimento de qualquer ligação vertical, quer entre F_1 e P_1 , quer entre F_2 e P_2 – e pelo concomitante afastamento de qualquer questão acerca do que se tornou costume (filosófico, antes de mais) chamar interacção entre a mente e o corpo (ou o cérebro). O esquema apropriado à posição dualista assim esboçada limitar-se-ia a registar – de facto, com uma ligação de um novo género – o seguinte.



O esquema conserva, sem dúvida, uma espécie de paralelismo entre os estados ou acontecimentos nele representados. Mas esse paralelismo – se é de um paralelismo que

none. The sense-organs would awaken the brain-cells; these would awaken each other in rational and orderly sequence, until the time for action came; and then the last brain-vibration would discharge downward into the motor tracts.»

realmente se trata – entre estados ou acontecimentos físicos e estados ou acontecimentos psicológicos, bem como a natureza da relação (na parte de cima do esquema) entre os próprios estados ou acontecimentos psicológicos – uma relação que, aliás, também não se vê por que teria de ser uma relação de causalidade (estritamente) psicológica, assumindo que se pretendia continuar a falar de causalidade (não física, agora) – podem permanecer por determinar. Talvez se tenha atingido neste momento um mistério do género daquele que o naturalismo (tal como um dualismo com interacção, aliás) apenas assume quando colocado diante do problema da exclusão causal ou explicativa. Há, evidentemente, outras vias disponíveis: aquela que apela a uma intervenção divina (primitiva ou continuada, à maneira da pensada respectivamente em G. Leibniz e N. Malebranche) ou aquela que apela a um certo sentido (tendencialmente idealista) de constituição por um procedimento transcendental (e não propriamente transcendente, pensando na maneira como I. Kant usou tais termos). Mas talvez estas duas vias fizessem apenas subir o número de mistérios a enfrentar. Deste ponto de vista, o desafio para o dualismo reduz-se a perceber como dar conta – no seguimento das críticas dirigidas ao epifenomenismo – dos estados ou acontecimentos psicológicos de uma maneira que não se mistura com a relação (nomológica) de causalidade física.

Está na altura de voltar a W. James. Para W. James, quer o epifenomenismo (muitas vezes dito «o ponto de vista fisiológico» ou «o ponto de vista do fisiologista»), quer R. Descartes (que é a referência de W. James no que respeita ao dualismo), merecem algum – mas não mais que algum – respeito. Segue a razão para isto, em dois passos: ambos partilham um princípio (ou postulado) de continuidade estritamente uniforme – mas, infelizmente, acontece que esse mesmo princípio (ou postulado) pode ser usado teoricamente tanto de baixo para cima, como de cima para baixo. A situação em que se fica é descrita por W. James¹⁵ nos seguintes termos: «Todos os argumentos a partir da continuidade funcionam de duas maneiras: pode-se nivelar para cima [level up] ou nivelar para baixo [level down] por seu intermédio. E é claro que argumentos como esses se podem devorar mutuamente por toda a eternidade.»

Aliás, para W. James, se R. Descartes errou nalgum ponto foi precisamente ao não se deixar guiar por essa continuidade de modo a adoptar uma forma de mentalismo relativamente generalizada, similar à posição do pampsiquismo – que não se confundiria com qualquer dualismo de rosto humano por respeitar pelo menos aos animais, no seu conjunto. Eis o que precisamente diz W. James¹⁶ sobre R. Descartes e, logo de seguida, sobre a ignorância (arbitrária) da posição tendencialmente pampsiquista: «A Descartes pertence o crédito de ter sido, primeiro, corajoso o suficiente para conceber um mecanicismo nervoso completamente auto-suficiente e que deveria ser capaz de realizar actos complexos e aparentemente inteligentes. Por uma restrição singularmente arbitrária, no entanto, Descartes parou no homem e, embora afirmando que nos animais a máquina nervosa era tudo, entendeu que os actos superiores do homem eram o resultado da agência da sua alma racional. A opinião de que os animais não têm de toda consciência [alma racional?] era, claro, paradoxal demais para se manter por muito tempo como

¹⁵ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 134.

¹⁶ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 130.

algo mais do que uma curiosidade na história da filosofia.» De facto, este parentesco entre as posições epifenomenista e dualista (na sua versão tendencialmente pampsiquista) aparece noutras passagens de W. James.

Compare-se, por exemplo, a passagem anterior com uma das passagens nas quais W. James¹⁷ fala mais explicitamente sobre o epifenomenismo: «Mas tão simples e atraente é essa concepção do ponto de vista consistentemente fisiológico que é realmente maravilhoso ver quão tarde nela tropeçou a filosofia, e quão poucas pessoas, mesmo depois de ela lhes ter sido explicada, plena e facilmente percebem o seu alcance. Grande parte da escrita polémica contra ela é de homens que ainda não conseguiram pô-la na sua imaginação.» É apenas a seguir a esta espécie de elogio dirigido ao epifenomenismo – solidário de uma espécie de crítica à própria filosofia – que W. James¹⁸ escreve o seguinte: «Uma vez que este tem sido o caso, parece que vale a pena dedicar mais algumas palavras a torná-la plausível, antes de a criticarmos nós mesmos.»

A crítica que W. James dirige ao epifenomenismo comporta, à primeira vista, apenas uma darwinização – o termo vem em W. James¹⁹ – dos estados ou acontecimentos psicológicos e, por aí, do próprio ponto de vista em que W. James vai acabar por se colocar. Há, primeiro, um facto que é assumido: o alinhamento existente entre, por um lado, experiências de prazer (ou procura, para deixar de lado espectadores inertes) e promoção da sobrevivência e, por outro lado, experiências de aversão (ou evitamento, para deixar mais uma vez de lado espectadores inertes) e prejuízo da sobrevivência²⁰. Em segundo lugar, há um duplo movimento teórico. Ao mesmo tempo que reconhece a complexidade (designadamente, a partir de um específico ponto de vista) da hipótese darwinista, W. James²¹ reafirma as pretensões cruciais da teoria (psicológica) do senso comum do seguinte modo: «Numa palavra, a sobrevivência pode entrar numa discussão puramente fisiológica apenas como uma *hipótese feita por um espectador* [onlooker; “seja ela do próprio animal, ou apenas nossa ou do Sr. [C.] Darwin”, um pouco antes], sobre o futuro. Mas no momento em que se traz a consciência para o meio [da discussão], a sobrevivência deixa de ser uma mera hipótese. Não mais é “se a sobrevivência é para ocorrer, então de tal e tal maneira devem funcionar o cérebro e outros órgãos” [“if survival is to occur, then so and so must brain and other organs work”]. Isso tornou-se agora um decreto imperativo [“uma espécie de *dever-ser* [should-be] actual”, um pouco antes]: “A sobrevivência *deve* ocorrer, e portanto os órgãos *devem* funcionar assim!” [“Survival *shall* occur, and therefore organs *must* so work!”] Fins *reais* [real ends] aparecem agora pela primeira vez sobre o palco do mundo.» Neste momento, o tema de W. James deixou claramente de ser o alinhamento primeiro referido – e que decerto pode ser assegurado (numa discussão puramente fisiológica, como diz W. James) pela separação entre sistemas (e epifenómenos) de relação sensorial com o mundo e sistemas (e

¹⁷ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., pp. 129-130.

¹⁸ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 130.

¹⁹ O verbo «darwinizar» é o verbo usado por W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 140).

²⁰ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 143. A passagem crucial é a seguinte: «*It is a well-known fact that pleasures are generally associated with beneficial, pains with detrimental, experiences.*»

²¹ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 141.

epifenómenos, mais uma vez) de reforço ou inibição de comportamentos. A relação ao futuro que antes especificava a hipótese da sobrevivência (a partir do ponto de vista duma discussão puramente fisiológica, nos termos de W. James) passa a ocupar o lugar central numa concepção da consciência para a qual esta, a consciência, é como um órgão – ou, melhor (se não for “pioir”), é mais um órgão – com uma certa função²². De facto, W. James²³ tinha antes fornecido, de maneira simultaneamente hipotética e assertiva, o elemento essencial para o seu argumento: «Se as sensações são causas, com certeza os seus efeitos devem ser fomentos e verificações de [furtherances and checkings of] movimentos cerebrais internos, dos quais em si próprios [in themselves] somos inteiramente sem conhecimento.» Em terceiro lugar, mas também de maneira particularmente reveladora para tudo quanto respeita à angústia de W. James, nada disto ocorre sem que o próprio W. James expresse dúvidas muito explícitas sobre, imagine-se, a física e, mais em particular, sobre a compreensão da relação (nomológica) de causalidade física.

Tudo parece passar-se como se houvesse mesmo uma luta entre a psicologia científica e a física – e, embora no âmbito restrito da psicologia científica, a teoria (psicológica) do senso comum derrote o epifenomenismo (ou faça sucumbir, na linguagem de W. James, a teoria (psicológica) do autómato consciente), essa luta fosse mesmo para ser decidida pelo senso comum. Dir-se-ia, no mesmo sentido, que W. James não encontrou em lado nenhum outro juiz – um árbitro menos parcial e, talvez, mais informado – para tal luta. A esta luz se compreende então que W. James²⁴ tenha também dito o seguinte: «E quando alguém se senta para considerar que género de coisa alguém *significa* [one

²² A passagem que inclui uma das talvez mais famosas teses de W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 144) é a seguinte: «*A priori* analysis of both brain-action and conscious action shows us that if the latter were efficacious it would, by its selective emphasis, make amends for the indeterminateness of the former; whilst the study *a posteriori* of the *distribution* of consciousness shows it to be exactly such as we might expect in an organ added for the sake of steering a nervous system grown too complex to regulate itself.» Vale a pena notar que esta concepção de consciência parece apenas vacilar no âmbito da igualmente famosa tese de W. James sobre as emoções. Esta tese é assim apresentada por W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 2*, New York: Henry Holt, 1890, pp. 449-450): «Our natural way of thinking about these coarser emotions is that the mental perception of some fact excites the mental affection called the emotion, and that this latter state of mind gives rise to the bodily expression. My theory, on the contrary, is that *the bodily changes follow directly the perception of the exciting fact, and that our feeling of the same changes as they occur IS the emotion*. Common-sense says, we lose our fortune, are sorry and weep; we meet a bear, are frightened and run; we are insulted by a rival, are angry and strike. The hypothesis here to be defended says that this order of sequence is incorrect, that the one mental state is not immediately induced by the other, that the bodily manifestations must first be interposed between, and that the more rational statement is that we feel sorry because we cry, angry because we strike, afraid because we tremble, and not that we cry, strike, or tremble, because we are sorry, angry, or fearful, as the case may be.» Um pouco adiante, o próprio W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 2*, ed. cit., p. 453) acrescenta o seguinte: «Let not this view be called materialistic. It is neither more nor less materialistic than any other view which says that our emotions are conditioned by nervous processes. No reader of this book is likely to rebel against such a saying so long as it is expressed in general terms; and if anyone still finds materialism in the thesis now defended, that must be because of the special processes invoked.»

²³ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 137.

²⁴ W. JAMES, *The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 137.

means] quando alguém pergunta por uma “razão”, é-se [one is] levado para tão longe [so far afield, so far away] da ciência vulgar [popular science] e do seu escolasticismo, que se vê que até um facto como a existência ou não existência da ideia de um bife pode não ser completamente indiferente a outros factos no mesmo universo, e em particular pode ter algo a ver com determinar a distância a que duas moléculas devem estar separadas. Se é assim, então o senso comum, embora a natureza íntima da causalidade e da conexão das coisas do universo permaneça para além do seu horizonte lamentavelmente limitado, possui a raiz e a essência da verdade nas suas mãos [the root and gist of the truth in her hands] quando obstinadamente mantém para si que [holds to it that] sensações e ideias são causas.» Há até um ponto adicional em que convém reparar. O ponto é o de que W. James²⁵ só diz isto via, note-se, D. Hume: «É verdadeiramente difícil o suficiente imaginar a ideia de um bife a ligar duas moléculas conjuntamente; mas desde o tempo de Hume [“como se Hume, Kant e [H.] Lotze nunca tivessem nascido”, um pouco depois] tem sido igualmente difícil imaginar *qualquer coisa* [anything] a ligá-las conjuntamente.»

Nesta altura, a lição que a angústia de W. James ainda hoje contém fica muito mais clara: a luta entre a psicologia científica e a física é realmente decidida pelo senso comum – e esta ideia, duvidosamente característica de um ponto de vista estritamente positivista, também pode ser aquilo mesmo que o naturalismo ainda julga conseguir evitar.

Colocado de lado o dualismo de género cartesiano (ou de maneira equivalente, pelo menos aos olhos de W. James, o dualismo interaccionista), a angústia de W. James talvez apenas pudesse ter sido evitada pela adopção firme do epifenomenismo. De modo similar, embora no sentido inverso: colocado de lado o epifenomenismo, a angústia de W. James talvez apenas pudesse ter sido evitada pela adopção firme de um dualismo de género não cartesiano – o qual, atendendo às ulteriores posições do eliminacionismo e do fisicismo, obrigaria à defesa de um dualismo sem interacção e, por aí, à anulação das suposições naturalistas que estão na base do problema da exclusão causal ou explicativa²⁶. O caminho que W. James preferiu seguir foi diferente: deixar a questão nas mãos do senso comum – e pagar, depois, o preço por isso mesmo na carta ao seu editor.

²⁵ A passagem a seguir citada constitui, para W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. 136), uma crítica explícita ao modo como C. Mercier (o autor mais atrás referido e citado) ilustrou o ponto do problema da exclusão causal ou explicativa.

²⁶ Talvez fosse preferível ler a seguinte passagem de W. JAMES (*The Principles of Psychology – Volume 1*, ed. cit., p. vi) como uma aproximação a uma posição realmente dualista: «This book, assuming that thoughts and feelings exist and are vehicles of knowledge, thereupon contends that psychology when she has ascertained the empirical correlation of the various sorts of thought or feeling with definite conditions of the brain, can go no farther – can go no farther, that is, as a natural science. If she goes farther she becomes metaphysical». Ignorando a questão relativa ao entendimento que afinal deve ser dado, nesta passagem, a «condições» (em «definite conditions of the brain»), poder-se-ia notar ainda que – atendendo ao conjunto da obra de W. James – parece não haver nada de muito errado com a metafísica. Ao contrário do que acontece com a ideia de uma psicologia científica – como mostra a carta de W. James ao seu editor.